

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.359 - SC (2019/0235189-6)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
AGRAVADO : AGROVETERINARIA E PET SHOP DA ROSA LTDA
ADVOGADO : KASSIELE DA ROSA - SC037326

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 598):

ADMINISTRATIVO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS EM IMÓVEL DECORRENTES DE DUPLICAÇÃO DE RODOVIA. NÃO COMPROVAÇÃO. PERÍCIA TÉCNICA. CONCLUSÕES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. A perícia judicial, realizada por profissional de confiança do Juízo e equidistante do interesse das partes, foi clara e precisa ao concluir que os danos encontrados no imóvel estão ligados a deficiências construtivas do mesmo, e não às obras de duplicação da rodovia. Afastado o nexo de causalidade, inexistente dever de indenizar. Honorários advocatícios reduzidos.

Embargos de declaração parcialmente providos para o fim exclusivo de prequestionamento (e-STJ fl. 642).

No especial obstaculizado, a parte ora agravante aponta violação do art. 85, § § 1º, 2º, 8º, 11 e 14, do CPC/2015 e defende que os honorários advocatícios foram fixados em patamar irrisório.

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fls. 675/682), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que incide a Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 685/686).

Na presente irresignação, o agravante alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade e, ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Contraminuta às e-STJ fls. 703/707.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece

prosperar.

Em regra, na instância especial, não é viável a revisão do juízo de equidade que foi realizado pelo magistrado para fixar o valor da verba honorária, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015, porquanto esse mister, além de exigir o reexame do histórico processual, notadamente para mensurar o trabalho realizado pelo advogado, não guarda relação direta com a legalidade da decisão atacada, mas, sim, com a percepção do julgador, que é de cunho estritamente subjetivo.

Excepcionalmente, esta Corte admite o apelo especial para reapreciar honorários advocatícios quando arbitrados de forma irrisória ou exorbitante, pois, nesses casos, a violação da aludida norma processual exsurge de maneira flagrante, a justificar a intervenção deste Sodalício como meio de preservar a aplicação da lei federal de regência.

Acerca do tema, assim já decidiu este Tribunal:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EQUIDADE. CRITÉRIO. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em violação do art. 11 do Código de Processo Civil de 2015 quando a decisão está clara e suficientemente fundamentada.
3. **Descabe ao Superior Tribunal de Justiça, na via especial, rever os critérios de justiça e de razoabilidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação dos honorários advocatícios arbitrados pelo critério da equidade, visto tal providência depender da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso.** Precedentes.
4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.310.848/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 1º/02/2019). (Grifos acrescidos).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EQUIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

4. Na instância especial, a revisão do juízo de equidade para a fixação da verba honorária somente é admitida nos casos em que o valor arbitrado é irrisório ou exorbitante, circunstância que não se vislumbra nos autos.
5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.234.388/SP, de minha Relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 05/02/2019).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INSUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSA SINGELA. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM ADOTANDO A EQUIDADE.

[...]

3. O acórdão recorrido fixou os honorários advocatícios de sucumbência à luz dos critérios estabelecidos no art. 85, § 8º, do CPC/2015, observadas as diretrizes dos incisos do § 2º. Modificar, portanto, a conclusão a que chegou a Corte de origem, de forma a acolher a pretensão da parte recorrente,

demanda reexame do acervo fático-probatório, o que descabe na via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.722.427/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 25/05/2018).

Na hipótese dos autos, o Tribunal *a quo* decidiu a controvérsia, nos seguintes termos:

Todavia, acolho a insurgência da apelante quanto aos honorários advocatícios.

A parte apelante alega que o valor arbitrado é excessivo - 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, sendo que foi dado à causa o valor de R\$ 518.000,00) - evento 7.

Consoante o disposto na legislação vigente, a verba honorária sucumbencial deve ser arbitrada em montante consentâneo com o trabalho desenvolvido pelo causídico e as peculiaridades da causa, observado, ainda, o proveito econômico perseguido e efetivamente alcançado.

No caso concreto, foi atribuído à causa o valor de R\$ 518.000,00, e não há um valor de condenação que possa servir de base de cálculo.

Outrossim, a fixação de um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015, resulta em montante incompatível com a natureza e a simplicidade da demanda - que transcorreu sem incidentes que exigissem diligências excepcionais por parte dos procuradores -, e o tempo de tramitação do feito (40 meses).

Nesse contexto, a despeito de o § 8º do art. 85 do CPC/2015 prever a possibilidade de fixação de honorários sucumbenciais por apreciação equitativa somente nos casos em que o benefício econômico almejado na causa for inestimável ou irrisório, o critério da proporcionalidade ali estabelecido pode ser aplicado por analogia a outros casos, a fim de assegurar a adequação da remuneração do causídico às especificidades da hipótese in concreto.

[...]

Assim, com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC/2015, os honorários advocatícios arbitrados na sentença devem ser reduzidos para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), já considerada a regra preconizada pelo § 11 do mesmo dispositivo. (e-STJ fls. 611/613) (Grifos acrescidos).

Dessarte, a leitura do trecho acima transcrito demonstra que a quantia arbitrada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) não se mostra desarrazoada, sendo o caso de se obstar o apelo nobre, em face da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a majoração de tal verba, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator